

PROPOSTA COMERCIAL

EMIÇÃO: 15/10/2026

INSTITUIÇÃO

Câmara de Vereadores de Palmares do Sul

CNPJ: 02442324000105

SOLICITANTE

NOME: Câmara de Vereadores
E-MAIL: camara@camarapalmaresdosul.rs.gov.br
WHATSAPP: 51985008592

DADOS DO TREINAMENTO

CURSO: **REDAÇÃO DE LEIS, DOCUMENTOS, PROCESSO LEGISLATIVO, REFORMA TRIBUTÁRIA E TEMAS RELEVANTES**

CÓDIGO: **0026/2010**

DATA DE INÍCIO: 20/10/2026

DATA DE TÉRMINO: 23/10/2026

CARGA HORÁRIA: Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.

LOCAL: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354, Centro, Porto Alegre-RS

APRESENTAÇÃO

Técnica legislativa, redação de leis e elaboração de documentos; iniciativa, proposição, recebimento, tramitação, emendas, sanção e veto; uso da inteligência artificial no apoio à redação e revisão normativa; Reforma Tributária e autonomia financeira dos municípios; prevenção de vícios e segurança jurídica; orientações sobre LGPD, transparência e acesso à informação nos meios digitais.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso apresenta os principais fundamentos da técnica legislativa, da redação de leis e da elaboração de documentos oficiais, com foco na atuação prática de vereadores, assessores e

servidores do Legislativo Municipal. Ao longo do curso, serão abordadas as etapas de iniciativa, proposição, recebimento, tramitação, emendas, sanção e veto, bem como o uso da inteligência artificial no apoio à redação e à revisão normativa. Além disso, a capacitação analisa os impactos da Reforma Tributária sobre a autonomia financeira dos municípios e orienta sobre a prevenção de vícios que possam comprometer a validade das normas. Também serão trabalhados aspectos relacionados à LGPD, transparência e acesso à informação nos meios digitais. Com mais de 20 anos de experiência, o INLEGIS contribui para uma atuação legislativa mais técnica, eficiente e juridicamente segura.

TEMÁRIO E PROFESSORES

CURSO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ANÁLISE, CORREÇÃO E CRIAÇÃO DE DOCUMENTOS NO PODER PÚBLICO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ROTINA DO PODER PÚBLICO

Possibilidades de uso da inteligência artificial nas atividades administrativas;
Identificação de tarefas e documentos que podem ser otimizados com IA;
Limites da inteligência artificial e necessidade de conferência humana;

Cuidados com informações institucionais, dados pessoais e documentos sensíveis.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DOCUMENTOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Como utilizar IA para leitura e análise de documentos extensos;
Extração de informações, pontos principais, prazos e obrigações relevantes;
Comparação entre documentos e identificação de diferenças ou inconsistências;
Criação de resumos, sínteses, tabelas e informações estruturadas a partir de documentos.

REVISÃO E CORREÇÃO DE DOCUMENTOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Correção de ortografia, gramática, clareza e organização textual;
Adequação da linguagem para uma comunicação

pública mais objetiva e institucional;
Identificação de contradições, repetições, informações ausentes e trechos confusos;
Revisão de documentos mantendo o conteúdo e a finalidade do texto original.

CRIAÇÃO DE DOCUMENTOS COM APOIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Elaboração de ofícios, memorandos, comunicados, relatórios e documentos administrativos;
Transformação de informações e anotações em documentos estruturados;

Adaptação de modelos conforme finalidade, destinatário e contexto administrativo;
Criação de versões, modelos e estruturas reutilizáveis para atividades recorrentes.

COMANDOS, BOAS PRÁTICAS E USO SEGURO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Como elaborar comandos claros para obter respostas mais completas e confiáveis;
Técnicas para contextualizar, revisar e aprimorar documentos gerados pela IA;
Identificação de erros, informações inventadas e respostas que exigem validação;
Boas práticas para utilização responsável da inteligência artificial no Poder Público.

INSTRUTOR

Patrícia Ramos

Professora universitária com sólida experiência na aplicação de Inteligência Artificial à prática docente e profissional, aliando ética, método e estratégia ao uso de ferramentas tecnológicas no cotidiano educacional e institucional. Atua como facilitadora e consultora, apoiando professores e profissionais a integrar a IA de forma prática, contextualizada e eficiente em suas atividades, com foco em resultados reais e melhoria contínua da aprendizagem e da performance profissional. No INLEGIS, Patrícia contribui com sua expertise em tecnologias emergentes aplicadas à administração pública e à educação, capacitando alunos e gestores para uma atuação mais inovadora, estratégica e consciente na transformação digital dos serviços públicos e dos processos de ensino.

REDAÇÃO DE LEIS COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA

REDAÇÃO DE LEIS COM BASE NA TÉCNICA LEGISLATIVA MODERNA E ESTRUTURADA:

FUNDAMENTOS DA REDAÇÃO LEGISLATIVA:

CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA REDAÇÃO LEGISLATIVA:

Finalidade da norma: segurança jurídica e governança pública;
Impactos sociais e administrativos de texto mal redigido.

PRINCÍPIOS DA BOA REDAÇÃO NORMATIVA

LINGUAGEM JURÍDICA E ACESSIBILIDADE NA LEGISLAÇÃO

ESTRUTURA E TÉCNICA LEGISLATIVA:

Elementos essenciais de um texto normativo – epígrafe, ementa, preâmbulo e dispositivos;
Estrutura formal das leis: parte preliminar, parte normativa e parte final;
O uso de artigos, incisos, parágrafos, alíneas e itens.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95/1998 E NORMAS DE REDAÇÃO LEGISLATIVA:

Objetivos e aplicação da Lei Complementar nº 95/1998;
Princípios de clareza, precisão e ordem lógica na redação das leis;

Estruturação dos dispositivos normativos segundo a Lei Complementar nº 95/1998;
Classificação normativa e relação entre leis e decretos.

TÉCNICAS PARA A ALTERAÇÃO DE LEIS:

Revogação (expressa e tácita) e repristinação;
Alteração de artigos – inclusão, exclusão e nova redação;
Alteração de unidades em que se desdobra o artigo – inclusão, exclusão e nova redação de parágrafos, incisos, alíneas e itens.

TÉCNICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE LEIS:

Definição;
Ferramentas para unificar múltiplas alterações
Como elaborar versão consolidada sem erros de numeração

COMO ELABORAR A JUSTIFICATIVA OU JUSTIFICAÇÃO DE PROJETOS DE LEI:

Estrutura argumentativa – diagnóstico, objetivos, impactos;
Linguagem persuasiva e alinhamento à política pública.

O PAPEL DOS VEREADORES NA FISCALIZAÇÃO E NA REDAÇÃO DE NORMAS MUNICIPAIS

INSTRUTOR

Caroline Turri

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE.

NOVA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO E OS IMPACTOS SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS

O diagnóstico do sistema tributário que antecedeu a Emenda Constitucional nº 132/2023.

A mudança da lógica da tributação sobre o consumo no Brasil.

Estrutura do novo modelo de IVA dual brasileiro.

CBS — Contribuição sobre Bens e Serviços.

IBS — Imposto sobre Bens e Serviços.

Imposto Seletivo: finalidade e posição no novo sistema.

Competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IBS como imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

O princípio do destino e sua importância para a distribuição das receitas.

Origem x destino: compreensão prática da mudança de modelo.

O cronograma constitucional da Reforma Tributária.

2026 como ano inicial de teste da CBS e do IBS.

O que efetivamente muda em 2026.

Alterações previstas para 2027 e 2028.

Transição do ICMS e do ISS para o IBS entre 2029

e 2032.

Redução progressiva do ISS durante o período de transição.

Extinção do ISS e vigência integral do novo modelo a partir de 2033.

Convivência entre o sistema atual e o novo sistema durante a transição.

O papel institucional do Comitê Gestor do IBS. Administração, arrecadação e distribuição do produto da arrecadação do IBS.

Critérios de distribuição das receitas entre os entes federativos.

Reflexos do novo modelo sobre os Municípios.

Perfil econômico, população e consumo: fatores relevantes para análise dos impactos municipais.

Municípios predominantemente prestadores de serviços e os efeitos da substituição do ISS.

Municípios consumidores e as possíveis

repercussões decorrentes do princípio do destino.

Cooperação e integração entre as administrações tributárias.

Redução do espaço para disputas fiscais baseadas na localização da atividade econômica.

Planejamento da transição e acompanhamento das receitas municipais.
Riscos fiscais e orçamentários durante o período

de mudança.
Preparação administrativa e tecnológica do Município para o novo sistema.

INSTRUTOR**Luiz Eduardo Zanoto**

Advogado, Especialista em Direito do Estado e MBA em Planejamento Tributário. Vencedor do Concurso de Palestrantes do Grupo Negócios Públicos

REDAÇÃO DE LEIS COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA

FUNDAMENTOS DO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL:
CONCEITO E FINALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO;
PAPEL DAS LEIS MUNICIPAIS E LIMITES DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA;
PRINCIPAIS ESPÉCIES NORMATIVAS NO ÂMBITO MUNICIPAL.

INICIATIVA DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS:
INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE;
INICIATIVA PRIVATIVA OU RESERVADA;
INICIATIVA VINCULADA E DEMAIS HIPÓTESES PREVISTAS NO ORDENAMENTO LOCAL;
CUIDADOS PARA EVITAR VÍCIOS DE INICIATIVA.

RECEBIMENTO E TRAMITAÇÃO INICIAL DAS PROPOSIÇÕES:
APRESENTAÇÃO, PROTOCOLO E LEITURA DA PROPOSIÇÃO;
VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS FORMAIS E REGIMENTAIS;
ENCAMINHAMENTO ÀS COMISSÕES COMPETENTES;
CONTROLE DE PRAZOS E PUBLICIDADE DOS ATOS LEGISLATIVOS.

ATUAÇÃO DAS COMISSÕES E ASSESSORIA TÉCNICA:
ANÁLISE DAS MATÉRIAS PELAS COMISSÕES PARLAMENTARES;
DESIGNAÇÃO DE RELATOR E ELABORAÇÃO DE PARECERES;
ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA DAS PROPOSIÇÕES;
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OUTROS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO, QUANDO CABÍVEIS.

EMENDAS PARLAMENTARES:
TIPOS E FINALIDADES DAS EMENDAS;

REQUISITOS FORMAIS E MATERIAIS PARA SUA APRESENTAÇÃO;
LIMITES DAS EMENDAS EM MATÉRIAS DE INICIATIVA PRIVATIVA;
MOMENTO ADEQUADO PARA APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DAS EMENDAS.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM PLENÁRIO:
ORGANIZAÇÃO DA ORDEM DO DIA E DISCUSSÃO DAS PROPOSIÇÕES;
QUÓRUNS DE PRESENÇA, DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO;
PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO E REGISTRO DO RESULTADO;
CAUTELAS PARA O CUMPRIMENTO DO REGIMENTO INTERNO E DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

SANÇÃO E VETO PELO PODER EXECUTIVO:
ENCAMINHAMENTO DA PROPOSIÇÃO APROVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO;
SANÇÃO EXPRESSA E SANÇÃO TÁCITA;
VETO TOTAL E VETO PARCIAL;
APRECIÇÃO DO VETO PELA CÂMARA MUNICIPAL.

PROMULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA DAS NORMAS:
COMPETÊNCIA PARA PROMULGAÇÃO NAS DIFERENTES HIPÓTESES;
PUBLICAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA PRODUÇÃO DE EFEITOS;
INÍCIO DA VIGÊNCIA E OBSERVÂNCIA DAS REGRAS APLICÁVEIS;
CAUTELAS FINAIS PARA GARANTIR REGULARIDADE, TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA.

INSTRUTOR**Caroline Turri**

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE.

AUTONOMIA FINANCEIRA MUNICIPAL E ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A RECEITA PRÓPRIA

Reforma Tributária e autonomia financeira dos Municípios.
O que efetivamente muda na capacidade municipal de administrar receitas tributárias.
Competência tributária própria e receitas provenientes de repartição ou distribuição.

A substituição progressiva do ISS pelo IBS e seus efeitos sobre a administração tributária municipal.
Como reduzir a dependência estrutural da arrecadação do ISS durante a transição.
Planejamento das receitas diante da mudança do

sistema tributário.

A importância crescente da gestão eficiente dos tributos que permanecem sob competência municipal.

IPTU após a Reforma Tributária.

Competência municipal para instituição, lançamento, fiscalização e cobrança do IPTU.

Atualização da base de cálculo do IPTU dentro dos limites constitucionais e legais.

ITBI após a Reforma Tributária.

Gestão, fiscalização e acompanhamento das transmissões imobiliárias.

IPVA e as alterações promovidas pela Reforma Tributária.

Reflexos municipais decorrentes da repartição constitucional da receita do IPVA.

Diagnóstico da composição da receita própria municipal.

Identificação de áreas com potencial de melhoria da eficiência arrecadatória.

Arrecadação eficiente sem aumento automático de alíquotas.

Cadastro imobiliário como instrumento estratégico da administração tributária.

Atualização cadastral e identificação de inconsistências.

Georreferenciamento aplicado à gestão territorial e tributária.

Integração entre informações territoriais e cadastro imobiliário.

Integração de informações com registros públicos, observadas as competências e limitações legais. Cruzamento de bases de dados para identificação de inconsistências cadastrais e fiscais.

Qualidade, integridade e atualização das informações utilizadas pela Administração.

Fiscalização tributária orientada por planejamento e evidências.

Gestão de riscos na fiscalização municipal.

Seleção de contribuintes e operações a partir de critérios objetivos.

Uso responsável de tecnologia e dados na administração tributária.

Transformação de informações cadastrais e fiscais em instrumentos de gestão.

Modernização da administração tributária municipal.

Planejamento de ações para fortalecimento sustentável da receita própria.

Construção de diagnóstico municipal para o período de transição da Reforma Tributária.

INSTRUTOR

Luiz Eduardo Zanoto

Advogado, Especialista em Direito do Estado e MBA em Planejamento Tributário. Vencedor do Concurso de Palestrantes do Grupo Negócios Públicos

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI), OUVIDORIAS PÚBLICAS, DIREITO E ATOS ADMINISTRATIVOS NAS ROTINAS DO PODER PÚBLICO:

A ADEQUAÇÃO DO PODER PÚBLICO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) E A NECESSÁRIA HARMONIZAÇÃO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) SÃO INDISPENSÁVEIS PARA ASSEGURAR A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS CIDADÃOS NAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS E NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, E, POR OUTRO LADO, PARA ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A CONFORMIDADE DE ATOS E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS. AO MESMO TEMPO, A CORRETA COMPREENSÃO DO DIREITO E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS FORTALECE A TOMADA DE DECISÕES E REDUZ RISCOS DE NULIDADES E RESPONSABILIZAÇÕES.

ESTE CURSO VISA A TRATAR DESSES TEMAS COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO. IMPORTÂNCIA DO EFETIVO CUMPRIMENTO DA LGPD NOS MUNICÍPIOS

DESTAQUES DA LEI Nº 13.709/2018: COMPREENSÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS; PRINCIPAIS HIPÓTESES DE TRATAMENTO E DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO.

IMPORTÂNCIA DO EFETIVO CUMPRIMENTO DA LAI NOS MUNICÍPIOS

DESTAQUES DA LEI Nº 12.527/2011:

COMPREENSÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS; FUNDAMENTOS;

DIRETRIZES.

LGPD E LAI:

A NECESSÁRIA HARMONIZAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO.

LAI E OUVIDORIA:

REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES À OUVIDORIA PÚBLICA;

NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DO MANIFESTANTE / DENUNCIANTE.

NOÇÕES DE DIREITO E ATOS ADMINISTRATIVOS – COMPREENSÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA:

CONCEITO;

ATRIBUTOS;

ELEMENTOS (REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS):

COMPETÊNCIA, FINALIDADE, FORMA, MOTIVO E OBJETO;

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIBERDADE DE AÇÃO: ATOS

VINCULADOS X ATOS DISCRICIONÁRIOS;

DISCRICIONARIEDADE X ARBITRARIEDADE;

NULIDADE E ANULAÇÃO – CONCEITO, CONVALIDAÇÃO,

CASOS PRÁTICOS;

REVOGAÇÃO.

INSTRUTOR**Thais Krahn**

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

PROGRAMAÇÃO**Terça-Feira:**

11h – Credenciamento, Retirada de Material

14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h:30min – 10:30h: Turno de Aula

11h: Entrega do Certificado.

PÚBLICO-ALVO

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos e legislativos.

INVESTIMENTO

Número de participantes: 2

Valor individual: R\$ 1.490,00

Investimento total: R\$ 2.980,00

Validade da proposta: até 14/12/2026 (60 dias).

ATENÇÃO

O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado.

O valor acima é o valor bruto, e o boleto será emitido com o valor já descontado o IRRF.

DADOS PARA EMPENHO

INLEGIS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA
CNPJ: 30.050.141/0001-80
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0
ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, Sala INLEGIS
CEP: 90010-240 - Centro - Porto Alegre-RS
E-MAIL: financeiro@inlegis.com.br
FONE: 51-3015-5809

DADOS PARA PAGAMENTO

PIX: 30.050.141/0001-80
Banco Bradesco
Agência: 0491
Conta: 0657370-3
Banco Número: 237

DADOS DA PROPOSTA

DATA DA PROPOSTA: 15/10/2026
VALIDADE: 60 dias — até 14/12/2026
INLEGIS

Consultoria e Treinamento para o Poder Público



Bernard Johann
INLEGIS